

## **CUSTO SOCIOAMBIENTAL – Qual o valor de um rio?**

Mestre em **Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente**, Frederico Costacurta, arquiteto e urbanista, faz algumas indagações de difíceis respostas em artigo da revista **Aquecimento Global Ano I n° 4**, pg 31:

- **Quanto vale um jardim em uma área urbana?**
- **Por quanto seria avaliado: um rio, um lago, ou uma cachoeira?**
- **É possível definir um preço para a Floresta Amazônica?**
- **Qual o valor das praias do Nordeste?**
- **Qual é o valor de uma unidade de conservação?**

(O SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelece dois grandes grupos de unidades:

1. as de **proteção integral**, que admitem apenas o **uso indireto dos recursos naturais**, e
2. as de **uso sustentável**, para promover a utilização dos recursos naturais a fim de preservá-los para gerações futuras.

Há alguns anos, **Lester Brown**, em **EcoEconomia – Estado do Mundo** (disponível em <http://www.outorga.com.br>), defendia que na **teoria econômica**, há **uma possível saída para a crise ambiental** e situações de confronto entre os **legítimos interesses desenvolvimentistas e os preservacionistas**.

Nunca houve tantos dados e metodologias para calcular a contrapartida de investidores, públicos ou privados, que **pretendam se instalar em áreas protegidas**, de forma a refletir seu custo verdadeiro e, também, ajudar a prover gestores **socioambientais** de infraestrutura adequada.

(A expressão **“ambiental** tem sido substituída por **“socioambiental”** que considera costumes, cultura e atividades humanas como integrantes do meio ambiente”).

A lógica consiste em avaliar o custo de um material, serviço ou processo em seu ciclo de vida e, principalmente, avaliar o quanto depende de recursos naturais, mesmo indiretamente. Brown lembrou-nos, também, do que chamou de **“valor de existência”**:

Mesmo tendo passado a vida inteira distante do Brasil, para um cidadão parisiense, por exemplo, o simples fato de saber que a **Amazônia existe** significa: - qualidade do ar, conforto, esperança, auto-estima, produtividade, felicidade, etc.

Para muitos autores, **isso tem valor e deve ser cobrado**.

Não são todos que utilizam automóveis, mas o **imposto de todos** é utilizado para pagar o **tratamento de doenças respiratórias decorrentes da queima de combustíveis dos mesmos**.

Se, ainda, por exemplo, os combustíveis incorporassem esse custo específico, ficariam mais caros:

- as pessoas se adaptariam, reduzindo o consumo com alternativas de transporte;
- a poluição e as despesas a ela relacionadas seriam menores;
- empresas se ajustariam a essa realidade e investiriam mais em pesquisas de alternativas.

A análise, portanto, de uma **intervenção em uma área natural** deve também considerar o **serviço ambiental prestado pelo recurso a ser “suprimido”**, e isso **vai muito além** do necessário Estudo de Impacto Ambiental e seu **relatório. EIA – RIMA**.

O debate é necessário e atual. Não se trata de **impedir a realização de projetos**, mas garantir que os estudos de viabilidade considerem **custos socioambientais** incorporados adequadamente no orçamento e em sua análise econômica.

O **Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)**, lançado pelo governo como um grande conjunto de obras necessárias para que sejam atingidas as metas de expansão do país, prevê **intervenções significativas** em regiões consideradas de grande valor **socioambiental**.

Argumentos relacionados à defesa da biodiversidade, das águas, do ar, são inquestionáveis.

Entretanto, dimensionar os “**serviços ambientais**” é uma tarefa complexa e cheia de obstáculos, principalmente em uma sociedade na qual se privilegiam o descartável, os combustíveis fósseis e o desperdício.

A postura correta é negociar abertamente critérios **socioambientais** que sejam firmes e claros, agora não dá para aceitar quando o **Brasil se coloca nos fóruns mundiais como se fosse perfeito**:

- Porque nós produzimos energia limpa, que é da hidrelétrica, daí não se discute os **impactos da hidrelétrica**;
- Produzimos o combustível mais adequado que não é o petróleo, é o biocombustível e não aceita questionar que **forma de produzir biocombustíveis está errada**”.

O superintendente de conservação para os programas regionais do WWF-Brasil, Cláudio Moretti, reconhece que há desinformação e “entendimento equivocado” sobre a produção de biocombustíveis no Brasil. Avalia que o país erra na negociação diplomática sobre o tema.

Diplomatas brasileiros que negociam acordos ambientais na **9ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP-9)** foram vaiados (20/05/2008) durante a reunião, que aconteceu em Bonn, na Alemanha, após votarem contra o “**princípio da precaução**” na **produção dos biocombustíveis**.

Além das vaias em plenária, o país foi criticado por cerca de 200 manifestantes brasileiros e estrangeiros que usavam camiseta laranja em alusão **ao fogo do desmatamento**.

Segundo a organização não-governamental (ONG) **Terra de Direitos**, a camiseta laranja tinha na frente os dizeres: “**Brasil e Alemanha: comprometidos com a destruição da biodiversidade. Não compre este acordo**”.

A frase é uma referência ao recente acordo energético assinado entre os dois países, que inclui **exportação de etanol e cooperação nuclear**.

“A expansão da fronteira agrícola atualmente é a maior causa de perda de biodiversidade; então, o fato de o Brasil se opor a essa discussão nessa plenária demonstra claramente a **irresponsabilidade do Brasil** em relação a esse modelo. É uma postura absolutamente injustificada”.

Na avaliação da Terra de Direitos, a posição do governo brasileiro, favorável à produção dos biocombustíveis, é “**insustentável**”.

Os ambientalistas temem que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol brasileiro, **empurre a produção de alimentos e a pecuária para a floresta e aumente o desmatamento na Amazônia**.

Na avaliação do pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo, essa possibilidade torna o país “**bastante vulnerável**” às críticas de estrangeiros. “O Brasil vai continuar numa posição difícil, de **tentar explicar o inexplicável**”.

**Não tem mais sentido o desmatamento no século 21 no patamar que se desmata na Amazônia, que é muito elevado ~100.000 Km<sup>2</sup> nos últimos cinco anos**”.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental  
[rocha@outorga.com.br](mailto:rocha@outorga.com.br) – [www.outorga.com.br](http://www.outorga.com.br)